

A TEORIA DA ESTRUTURAÇÃO DE ANTHONY GIDDENS: UMA BREVE LEITURA DE ALGUMAS INFLUÊNCIAS ADVINDAS DA LITERATURA SOCIOLÓGICA

Tailon Rodrigues ALMEIDA¹

Resumo: O presente artigo tem o propósito de realizar uma leitura sobre a teoria da estruturação de Anthony Giddens de modo a identificar alguns pontos de influência da literatura sociológica - desenvolvida até então - sobre sua teoria. Em virtude da inviabilidade de se trabalhar toda a influência do conteúdo desta mesma literatura considerada em sua totalidade, é dada uma ênfase maior em alguns aspectos presentes nas formulações de Max Weber, Émile Durkheim e Karl Marx.

Palavras-chave: Sociologia. Dualidade da estrutura. (Re)produção das estruturas.

THE STRUCTURATION THEORY OF ANTHONY GIDDENS: A BRIEF READING OF SOME INFLUENCES ARISING FROM THE SOCIOLOGICAL LITERATURE

Abstract: This article is intended to conduct a reading on the structuration theory of Anthony Giddens in order to identify some points of influence of the sociological literature - developed until then - on his theory. Due to the impossibility to work all influence the content of this same literature considered in its entirety, it is given greater emphasis in some aspects present in Max Weber's formulations, Émile Durkheim and Karl Marx.

Keywords: Sociology. Duality of structure. (Re)production of the structures.

A formulação da teoria da estruturação de Anthony Giddens e alguns pontos de divergência

Segundo o sociólogo inglês Anthony Giddens, não é possível conceber os sistemas sociais e a ação individual de modo separado, pois ambos não podem existir ou serem admitidos na realidade, salvo em relações recíprocas entre si. A esta característica de necessidade recíproca de existência, o autor dá o nome de **dualidade da estrutura**.

Deste ponto de vista, a ação pode ocorrer no interior do corpo social. Todavia, esta mesma se realiza dentro de uma determinada estrutura social preexistente. O que

¹ Graduando em Ciências Sociais. UNESP - Universidade Estadual Paulista. Faculdade de Ciências e Letras. Araraquara - SP - Brasil. 14800-901 - tailon92@hotmail.com

ocorre é que, mesmo estando – a ação individual – dentro de um sistema já definido, este mesmo sistema não possui uma plena imobilidade, pois se transforma cotidianamente através das próprias ações dos atores que, por sua vez, agem dentro de regras e normas do sistema social vigente. Deste modo, ocorre então a reprodução das estruturas sociais e a transformação do sistema social em vigor.

Assim, nas palavras do próprio Giddens, as principais condições relevantes para a reprodução das estruturas são:

[...] as qualidades constitutivas dos atores sociais; a racionalização dessas qualidades em formas de atuação; as características não explicadas dos conjuntos de interação que provocam e permitem o exercício de tais capacidades, que podem ser analisadas em termos de *elementos de motivação*, e o que eu chamarei de “*dualidade da estrutura*”. (GIDDENS, 1978, p.109, grifo do autor).

Como exemplo de reprodução das estruturas sociais, pode-se citar a linguagem propriamente dita. Os indivíduos falam e produzem transformações na estrutura da linguagem ao mesmo tempo em que suas falas ocorrem a partir de limitações ou regras dadas pela mesma estrutura. Dessa forma, a estruturação como produção das práticas é o processo dinâmico pelo qual as estruturas passam a existir. A linguagem, por exemplo, é uma estrutura e condição para a realização do diálogo. Mas esta mesma estrutura também é - mesmo que de maneira não intencional - produto da realização dos discursos e do diálogo (**dualidade da estrutura**).

Esta reprodução das estruturas sociais é sempre uma reprodução realizada por meio dos atores competentemente agindo em sociedade. Tornam-se elas - as estruturas - portanto, impessoais e existentes fora do espaço e do tempo - embora a ação individual considerada em si apenas possa ser concebida como presente nestas duas categorias. Assim, apesar de poder possuir uma história evolutiva a partir de suas transformações, a afirmação de que as estruturas se encontram fora do espaço e do tempo significa afirmar que elas não dependem da ação propriamente dita de sujeitos localizados.

Deste modo, de acordo com a conclusão a que chega o autor no que diz respeito à sua teoria da estruturação, e com base em suas assertivas sobre a **dualidade das estruturas**, pode-se utilizar as próprias palavras do sociólogo inglês na tentativa de uma sintetização de sua teoria.

[...] esta *dualidade da estrutura* é a característica mais integral dos processos de reprodução social, que, por sua vez, podem sempre ser analisados em princípio como um progresso dinâmico de *estruturacão*. Analiticamente, três elementos das formas de interação podem ser distinguidos: toda interação envolve comunicação (tentativa), a operação do poder e relações morais. As modalidades pelas quais os atores participantes “trazem” esses elementos para a interação também podem ser tratadas como meios pelos quais as estruturas são reconstituídas. (GIDDENS, 1978, p.134, grifo do autor).

Entretanto, quando se observa a produção intelectual dos sociólogos com relação ao grau em que os indivíduos conseguem agir de maneira independente das restrições impostas pelo sistema ou estrutura social, nota-se uma grande discórdia ou divergência de opiniões. Neste aspecto, a teoria da estruturacão de Anthony Giddens tenta solucionar a discordância que há entre os mais diversos autores da sociologia no que diz respeito às ações individuais e a estrutura social e suas relações de interdependência.

Segundo Georg Simmel, por exemplo, as estruturas não existem na realidade e não podem ser concebidas de outra forma a não ser pela ação dos indivíduos. Nesta análise, portanto, a ação é posta em evidência e o sistema social é um produto da ação dos atores. Por outro lado, para Manfred Kuhn, como o exemplo oposto, “[...] a vida social é organizada, sobretudo, em torno de redes de status e papéis que são externos aos indivíduos e limitam profundamente, se é que não determinam, o que as pessoas pensam, sentem e fazem.” (JOHNSON, 1997, p.4). Este modo de análise propõe a preeminência da consideração das estruturas - e do sistema social em si - em detrimento da ação particular, que somente pode ser possível - a partir desta abordagem - dentro de um sistema normativo externo e distinto dos indivíduos localizados.

Alguns precedentes teóricos e metodológicos da construção da teoria da estruturacão de Anthony Giddens: a tentativa de conciliação de teorias.

A preeminência do sentido subjetivamente dado à ação e a questão da “motivação” e do “propósito” na análise sociológica

Segundo Giddens, o positivismo emerge como uma forma de apreender a realidade social por meio dos sentidos e com base na crença de que a estrutura lógica da ciência, condensada na forma de paradigmas – em consonância com o que se observa, por exemplo, na física – pode ser aplicado ao conteúdo social. A busca é, desta forma, orientada para a obtenção de leis invariáveis.

Contudo, o que se verifica ao observar-se o desenvolvimento da ciência e da filosofia durante, principalmente, o século XX, é um recuo em relação à busca por leis gerais e invariáveis. Esta crítica possui um intenso respaldo tanto na linguística quanto na fenomenologia, que retomam a preeminência do sentido subjetivo atribuído pelos próprios atores leigos ao mundo que os cerca.

De fato, o significado do mundo natural é dado pelos próprios atores sociais no decorrer de suas práticas e ações diárias. Desta forma, semelhante ao que é verificado nos trabalhos de Max Weber, qualquer tentativa de explicação ou apreensão da realidade social que desconsidere o sentido subjetivamente atribuído pelos próprios atores está – segundo Giddens e de acordo também com as noções fenomenológicas – fadada ao fracasso.

Neste caso, adotando uma postura mais condizente com a análise weberiana, a sociologia, para responder às críticas fenomenológicas, assume agora também a ação como objeto de análise. No entanto, para que a ação seja passível de ser estudada como objeto do ponto de vista sociológico, faz-se necessário uma definição de qual é e como deve ser percebido este mesmo objeto.

[...] a ação que especificamente tem importância para a sociologia é, em particular, um comportamento que: 1) está relacionado ao sentido subjetivo pensado daquele que age com referência ao comportamento de outros; 2) está co-determinado no seu curso por esta referência significativa e, portanto, 3) pode ser explicado pela compreensão a partir deste sentido mental (subjetivamente). Com o mundo exterior e, especialmente, com a ação dos outros, relacionam-se, de maneira subjetivamente provida de sentido, as ações afetivas e os “estados emocionais” que têm importância no decurso da ação – portanto, apenas indiretamente – como, por exemplo, “o sentido de dignidade”, o “orgulho”, a “inveja” e o “ciúme”. (WEBER, 1992b, p.315).

Dessa forma, a preocupação da sociologia estaria centrada nas ações subjetivamente providas de sentido e direcionadas a outrem. Há, portanto, em cada ação, segundo a noção weberiana, a expectativa de um provável comportamento alheio em resposta a ela. Este mesmo comportamento, por conseguinte, também pode ser ativo ou omissivo. Já no que concerne à expectativa criada com referência à reciprocidade, esta mesma pode ser direcionada a uma ação que se realize no presente, que possa ter ocorrido no passado, ou, ainda, que esteja por vir a realizar-se no futuro.

Contudo, como alerta o próprio Giddens (1978), a motivação para esta ação não é, necessariamente, consciente aos indivíduos que a executam. O que se verifica, na verdade, é o oposto, pois os atores raramente possuem a plena consciência das reais motivações para suas respectivas ações. O que está disposto ao conhecimento dos atores com relação aos seus atos é, em suma, os propósitos ou finalidades para as quais a ação está orientada. Em outros termos, os agentes geralmente conhecem os meios – racionais ou não – pelos quais realizam suas ações segundo um propósito ou fim definido. Contudo, caso este mesmo ator social possua consciência de seus reais motivos, este estado consciente da motivação se configura como um fenômeno fortuitamente raro ou esporádico.

Em Giddens, portanto, a “motivação” – identificada com os desejos que provocam a ação – está diretamente ligada à noção de “interesses” e, dessa forma, tendo os indivíduos apenas esporadicamente o conhecimento de suas reais motivações, torna-se também, em geral, desconhecido – para os indivíduos atuantes – seus verdadeiros interesses no decurso da ação. Assim, da maneira como o próprio autor formula em seu trabalho, a noção de “interesses” pode ser definida como

[...] qualquer resultado ou acontecimento que facilita a realização dos desejos do agente. Não existem interesses sem desejos: mas já que os homens não têm, necessariamente, consciência de seus motivos para atuar de uma determinada maneira, eles tampouco têm um conhecimento sobre quais são seus interesses, numa situação dada. Além disso, seria errado supor que as intenções são sempre coincidentes com os desejos: uma pessoa pode tencionar fazer, e faz, coisas que ela não quer dizer; e pode querer coisas sem tencionar iniciar qualquer ação para obtê-las. (GIDDENS, 1978, p.92).

Quando se observa esta mesma discussão acerca da “motivação” para a ação em Weber, nota-se que este estabelece a mesma ponderação, que é posteriormente observada por Giddens. Segundo Max Weber, o agente não possui – ou possui apenas parcialmente – consciência do sentido pensado ou da real motivação da ação. Costumeiramente, o indivíduo atuante age segundo outros padrões estabelecidos como, por exemplo, costume ou instinto. Com relação à motivação propriamente dita, para Max Weber, pode-se definir “motivo” como “[...] a conexão de sentido que, para o agente e para o observador, se apresenta como o ‘fundamento’ com sentido do seu comportamento.” (WEBER, 1992a, p.406). Caberia, portanto, à compreensão

(*Verstehen*) - e, portanto, à sociologia compreensiva - a captação da conexão de sentido na ação.

Para melhor exemplificar a distinção entre propósitos e motivações, poder-se-ia citar o ritual do *kula*, que foi abordado por vários autores e por perspectivas distintas de análise. A etnografia deste elemento, realizada por Bonislaw Malinowski, poderia ser interpretada por um observador leigo da seguinte forma: quando os indivíduos participantes produzem seus instrumentos para a troca, poder-se-ia conceber, conscientemente, que o intuito da produção dos materiais teria como propósito único a troca que, para os nativos, possui um valor e um sentido.

Ainda em observação ao mesmo fenômeno, pode-se estabelecer que o conteúdo proposital está devidamente explicado. Contudo, observando o mesmo fenômeno, agora pela ótica de Marcel Mauss, dir-se-ia que, cientificamente, a real “motivação” para a produção de tais materiais se resumiria em algo desconhecido para os nativos. No caso, o conteúdo desconhecido poderia, para Mauss, ser resumido na necessidade de **dar, receber e retribuir**. Ou ainda, partindo para o postulado de Claude Lévi-Strauss, o conteúdo, não somente oculto, mas essencial, deste intercâmbio, se resumiria em algo intrínseco aos homens, ou seja, a saber, a própria **troca** em si.

Independentemente da interpretação – com intencionalidade científica – que se queira adotar, o que fica explícito nos exemplos citados é que os indivíduos competentes e atuantes na organização social em questão conhecem apenas o “propósito” imediato da produção – neste caso, tomada como a ação de produzir para a troca – enquanto que a “motivação” – concebida como a necessidade de **dar, receber e retribuir** para Mauss, ou o próprio intercâmbio para Lévi-Strauss – ainda permanece oculta aos sujeitos participantes.

Contudo, é preciso que se estabeleçam muitas restrições a este tipo de comparação. Uma delas é a já mencionada importância ou relevância, para o sociólogo, do sentido subjetivamente dado pelos próprios atores em suas ações. Isto se dá em virtude do postulado segundo o qual não se pode, tanto para Weber quanto para Giddens, compreender o que as pessoas fazem sem que se apreenda a forma subjetiva como elas próprias interpretam seu comportamento. Este é um ponto fundamental - a relevância dos sentidos subjetivos para a análise sociológica - que separa as análises mais próximas das sociologias compreensivas - ou das leituras fenomenológicas - das análises em que as estruturas ou sistemas sociais são concebidos de forma mais rígida.

A noção de ordem e autoridade moral presente em Durkheim

Segundo o mencionado sociólogo Anthony Giddens, Durkheim estabelece a distinção entre o mundo natural e o social em função do caráter moral agregado ao segundo. Dessa forma, para Durkheim (1970), a moral se apresenta aos indivíduos como máximas e regras estabelecidas de conduta. Em cada momento histórico há, portanto, uma moral na qual a própria legislação ou a opinião comum baseiam seus julgamentos e determinações sobre o que é ou não correto, certo, justo, etc.

Entretanto, a esta mesma moral, da maneira como foi referida acima, deve-se algumas ponderações. Este modo de formulação está correto quando se toma apenas a moral coletiva. Todavia, esta mesma moral, nos adverte o próprio Durkheim (1970), se configura como um produto da interação ou soma das consciências morais individuais, formando assim, em decorrência, um corpo moral exterior e distinto dos demais integrantes da sociedade. A ação, portanto, a partir desta análise, pode ser concebida em Durkheim, segundo afirma Giddens em sua obra (1978), tomando como referência sua ligação com as normas e convenções estabelecidas socialmente de forma consciente ou não.

A referida moral enunciada é o que o pensador francês chama de moral coletiva. Ocorre, no entanto, que pode haver - e constantemente há - divergências entre as consciências morais individuais e o corpo moral coletivo, ou, como nos alerta Anthony Giddens, ocorre que a promulgação de uma obrigação moral não promove, necessariamente, sua aceitação incondicional por parte dos indivíduos. Desta maneira, verifica-se que há uma confusão interpretativa dos escritos de Durkheim (1970) quando se lhe atribuem uma extrema estaticidade à forma como concebe as sociedades. Sendo que nenhuma consciência moral individual está perfeitamente concordante com a coletiva. Há, portanto, já nesta formulação, a possibilidade de mudança e uma ideia de movimentação do sistema social.

Outra questão que se torna passível de discussão, a partir do caráter moral das sociedades humanas enunciado por Durkheim, é com relação à ordem. Nesta perspectiva, a ordem guarda o problema da conciliação dos interesses individuais com a moralidade social (DURKHEIM, 1970). A própria ideia de “bem” está, dessa forma, penetrada pela noção de cumprimento do dever, que, por sua vez, é estabelecido socialmente. Deste modo, a sociedade se configura como uma autoridade moral frente às noções morais individuais e, neste aspecto, a ordem se relaciona, portanto,

diretamente com respeito a esta mesma autoridade moral e às obrigações estabelecidas pela mesma.

Contudo, o respeito das consciências morais subjetivas frente à moral objetiva (coletiva) não deve ser entendido apenas como uma obrigação carregada de um fardo ao indivíduo, pois o dever e a obrigação não são as únicas características verificadas na moral. O próprio ato de obedecer também possui, nas palavras de Durkheim, uma “desiderabilidade” (DURKHEIM, 1970).

Há, portanto, um impulso que leva cada indivíduo a agir de determinada forma, configurando que este agir é desejável mesmo que o ato exija um determinado esforço por parte do agente da ação. Este mesmo agir em função do que concebemos como a noção de “bem” – que, como dito anteriormente, está penetrado pela noção de cumprimento do dever – promove, ainda, um constrangimento por parte da consciência moral subjetiva ao submetê-la à consciência moral coletiva. Esta disparidade se verifica, também, devido ao modo distinto e particular de cada consciência moral e o modo com que cada indivíduo recebe ou exprime a moral coletiva.

As dialéticas presentes em Marx e as relações de classes

Nos escritos de Karl Marx, há duas formas de relação dialética no movimento da história. A primeira dialética verificada pelo autor é a estabelecida entre a humanidade e o meio natural, enquanto que, por outro lado, há também a dialética que ocorre entre as classes na sociedade. Todavia, mesmo havendo distinção entre estas duas formas, elas apresentam, como ponto em comum, o fato de se ligarem à transformação da história e da cultura.

Em oposição ao restante dos animais, os homens não podem existir meramente com uma adaptação ao mundo natural. Aliás, o fato de serem desprovidos de um aparato instintivamente adaptativo os força a transformar o meio em que vivem. Dessa forma, os homens se transformam e transformam a natureza em um processo recíproco, pois o meio físico - mesmo sendo concebido como passível de transformação humana - continua e exercer influência na vida dos homens. O que ocorre é que, antes de qualquer transformação, o meio físico consegue constranger a ação humana, assim como também o ciclo histórico. Após iniciada esta mudança na natureza, esta mesma ainda continua exercendo sua força constrangedora sobre o homem e sua vida em sociedade. Esta é a primeira forma de dialética, segundo Giddens, presente em Marx.

Assim, os homens começam a se distinguir dos animais quando passam a produzir sua vida material. “O processo de produção começa e depende das condições materiais da existência humana: isto é, a reprodução das espécies e a transformação da natureza”. A própria história é produto da relação entre ação humana e as condições materiais vigentes - já com alguma transformação ou não. Nas palavras do próprio Karl Marx:

[...] a maneira como os indivíduos manifestam sua vida reflete exatamente o que eles são. O que eles são coincide, pois, com sua produção, isto é, tanto com o *que* eles produzem quanto com a maneira *como* produzem. O que os indivíduos são depende, portanto, das condições materiais da sua produção. (MARX apud GIDDENS, 1978, p.109, grifo do autor).

Com relação às questões de conflito e poder na obra de Karl Marx, Anthony Giddens aponta que estes termos e sua ocorrência estão diretamente ligados às classes e seus interesses. Em Marx, cada relação de produção confere ou constrange os homens a uma determinada forma de organização social e política que defende ou não determinados interesses. A observação empírica, portanto, para Marx, demonstra a ligação entre a estrutura social e política e as relações de produção que dão origem aos interesses.

A partir deste modo de concepção, a produção das ideias, representações e da própria consciência em si, está direta e intimamente ligada à produção material propriamente dita e suas formas. Assim, os responsáveis pela produção das representações humanas são os próprios homens, todavia, eles as produzem a partir das condições materiais de existência.

A contradição no interior da organização social se dá, por conseguinte, em função dos possíveis antagonismos entre a consciência – uma vez que esta mesma se estabelece em ligação íntima com o meio material – e as condições materiais e produtivas vigentes. No que concerne às classes, o antagonismo ocorre devido aos distintos e, frequentemente, antagônicos interesses.

Dessa forma, a classe que domina materialmente, também se estabelece como a dominante no plano espiritual (plano ideológico e da consciência propriamente dita). Com relação a esta dominação, após a conquista do poder político, a classe que se põe como aspirante ao domínio – da maneira mais hegemônica possível - deve expor e estabelecer seus interesses de classe como os interesses gerais da sociedade - interesses estes que o autor alemão qualifica como ilusórios quando dados no plano universal -

com vistas à extinção, mesmo que de forma aparente, da contradição entre os interesses de cada classe.

É interessante notar que, nas obras de Karl Marx, mesmo com todo o conteúdo qualificadamente ideológico e subversivo ou revolucionário, a ênfase é sempre dada ao plano empírico. Marx não faz, por conseguinte, uma descrição exata sobre o que deveria suceder após cada classe - e, por final, a classe proletária - obter o poder político e econômico. Para compreender sua recusa a estes tipos de especulações, é preciso ter em mente que o autor estava em meio ao avanço - à época inquestionável - da ciência. Qualquer forma de especulação referente ao exato modo como a sociedade deveria ou iria se organizar estaria, portanto, fadado à discordância com a ciência social empírica tão esperada pelo autor. Marx estaria, dessa forma, entrando no campo da utopia e renunciando-se à possível ciência do social, isto é, estaria cometendo o mesmo erro dos socialistas e anarquistas utópicos por ele criticados.

Dessa forma, a crítica elaborada contra os jovens hegelianos, a perspectiva dialética de análise, assim como sua preocupação com a necessidade de preeminência do empírico sobre o utópico ou ideal, se constitui como uma das grandes contribuições para a emergência de um conteúdo científico propriamente dito e com respaldo na realidade.

Linguagem e poder

Em Marx, a linguagem possui uma relação com as necessidades de intercâmbio, que se desenvolve a partir do crescimento populacional. Uma das principais distinções entre o homem e o animal comum também é, portanto, a capacidade de programar, de modo reflexivo, a ação sobre o meio e a capacidade do homem de orientar seu lugar no mundo. Isto, de certa forma, é possível através da linguagem e, desse ponto de vista, atribui-se à linguagem a função de ser o principal meio pelo qual se desenvolvem as atividades práticas humanas.

Contudo, segundo Giddens, a linguagem - enquanto social - exemplifica apenas alguns aspectos da vida social. Nesse sentido, o autor define a linguagem sob três aspectos:

[...] a linguagem é: (a) uma habilidade, ou um conjunto muito complexo de habilidades, que toda pessoa que “conhece” a língua, possui; (b)

usada para “dar sentido”, literalmente, como uma arte criativa de um sujeito ativo; (c) alguma coisa que é *feita*, realizada, por aquele que fala, mas não em plena consciência do que ele faz. (GIDDENS, 1978, p.110, grifo do autor).

Com isso, a linguagem poderia ser estudada tomando como base estes três aspectos enunciados. Primeiramente, deve-se considerar que ela é dominada e falada pelos atores sociais competentes. Em segundo lugar, esta mesma linguagem é empregada como um meio de comunicação entre estes mesmos atores sociais. Por último, esta forma de comunicação se configura como uma estrutura que é constituída pelo discurso presente na coletividade social em questão.

É preciso, portanto, para que o sociólogo possa compreender de fato seu objeto de análise, que se construam esquemas interpretativos tanto para o que é dito em sociedade, quanto para o seu real significado. Ao mesmo tempo em que o cientista social elabora estes esquemas, deve-se ter em mente que o comunicado propriamente dito e seu sentido dependem, também, de seu contexto social. Este sentido contextual presume que cada interlocutor - como integrante e participante competente da sociedade - possua conhecimentos prévios e específicos do corpo social em questão para compreender o diálogo. Essa apreensão do sentido contextual deve ser passível ao sociólogo, portanto, por meio de seus esquemas de interpretação, que também traduzirão os conceitos leigos para uma linguagem científica e objetiva.

Com relação às relações de poder em cada sociedade, Giddens salienta que esta noção está diretamente ligada à ação social propriamente dita. A ação, analisada por esta ótica, envolve a aplicação de meios para a obtenção de resultados, enquanto que o poder se constitui como a capacidade de mobilizar os recursos para a constituição dos meios para uma determinada finalidade.

Exposto sempre como uma capacidade, o poder, segundo Giddens, em seu sentido mais geral, também é a capacidade de intervir em uma série de acontecimentos de modo a alterar seu curso. Dessa forma, ele está extremamente afinado com a transformação humana posta em Marx, e não podendo ser confundida, portanto, com a concepção de instrumentos para a realização de um propósito definido.

Desse modo, na definição do sociólogo inglês, “O ‘poder’, no seu sentido mais estrito e relacional, é uma propriedade da interação e pode ser definido como a capacidade de garantir os resultados quando a realização destes resultados depende da atuação dos *outros*. É neste sentido que os homens têm poder ‘sobre’ outros: este é o

poder como *dominação*.” (GIDDENS, 1978, p.118, grifo do autor). Com esta formulação, por conseguinte, o autor também se aproxima de Max Weber no que diz respeito à conceituação de poder.

Há ainda, segundo Giddens, um equívoco comum referente às interpretações da noção de poder na sociologia weberiana. Segundo ele, a noção weberiana de poder na qual este mesmo se configura como a capacidade que um indivíduo possui de realizar sua vontade ou desejo, mesmo que estes estejam em oposição completa aos desejos de outros, foi erroneamente interpretada por alguns pensadores quando pressupunham a necessária relação de conflito onde houvesse relações de poder. Na verdade, a relação entre estes dois termos se constitui como uma relação de contingência, isto é, pode haver poder mesmo onde não há conflitos. Só há, portanto, relação de poder - e este mesmo está, para Giddens, presente em todas as relações humanas - e de conflito juntos quando os interesses dos atores são divergentes.

Considerações finais

Em suma, é possível perceber como algumas formas de interpretação social estão presentes na teoria da estruturação de Anthony Giddens, assim como também se faz nitidamente perceptível sua tentativa de conciliar perspectivas de análise diversas, de maneira a torná-las não excludentes, mas complementares. As noções mais estruturalistas ou que estabelecem uma maior preeminência do corpo social em relação ao indivíduo (leitura mais afinada à Durkheim) são, dessa forma, flexibilizadas e postas em concordância com as teorias que buscam uma relevância também das ações individuais (Max Weber e a literatura sociológica fenomenológica) - embora obviamente estas não devam ser observadas como desconexas de seus respectivos contextos sociais. Assim, o sociólogo inglês se utiliza de uma postura de reciprocidade entre estrutura social e indivíduo - onde se nota a presença de uma perspectiva dialética - para elaborar sua teoria.

Portanto, com base nas formulações teóricas abordadas no presente estudo, é possível notar como algumas perspectivas de análise, assim como algumas temáticas analíticas da sociologia exerceram uma profunda influência na construção da teoria da estruturação de Anthony Giddens. A primeira consideração conclusiva que pode ser apontada - e talvez a mais fundamental para a análise sociológica a partir dos postulados de Giddens - é a de que “A produção da sociedade é feita pelas qualidades ativas

constitutivas de seus membros, mas utiliza recursos e depende de condições que eles desconhecem ou que percebem apenas confusamente.” (GIDDENS, 1978, p.166). Dentro dessa análise, estabelece-se que a interação entre os membros competentes do corpo social constitui-se da significação, da moralidade e também por meio de relações de poder.

A produção da interação significativa depende do conhecimento mútuo de cada participante. Este mesmo conhecimento mútuo deve ser utilizado não apenas pelo leigo, mas também pelo cientista social ao elaborar sua análise. No entanto, o sociólogo deve ter cautela para não deixar-se levar para o senso comum, mas, ao contrário, submeter este conhecimento à análise científica, tentando transformar os conceitos leigos em correspondentes científicos. Dessa forma, o cientista social, ao descrever o mundo empírico dos indivíduos em sociedade, se utiliza das mesmas habilidades que os atores leigos, e a compreensão deste mesmo mundo depende da linguagem, que se configura, também, como um meio de atividade prática.

A ação, portanto, se realiza segundo normas ou regras - a estrutura propriamente dita - estabelecidas no corpo social ao mesmo tempo em que promove a alteração destas mesmas normas. Mesmo sendo concebida por meio das atividades práticas dos indivíduos, há limites com relação à atuação e ao modo em que a produção e reprodução devem ser examinadas. Isso ocorre porque “[...] *o domínio da atuação humana é limitado. Os homens produzem a sociedade, mas eles o fazem como atores historicamente situados, e não sob condições de sua própria escolha.*” (GIDDENS, 1978, p.169, grifo do autor), de modo que as estruturas não devem ser concebidas como coativas, mas como habilitadoras. A ação é construída estruturalmente e as estruturas são construídas e reconstruídas pela ação, enquanto que a interação envolve as relações de significação, normas e poder.

Dessa forma, a partir do exposto sobre Giddens, nota-se que para o autor há a impossibilidade do sociólogo compreender o social o concebendo apenas como um fenômeno observável. É preciso, portanto, que haja uma imersão do cientista social no mundo social ao qual este mesmo se propõe a analisar. Contudo, é importante salientar que, segundo Giddens, cada esquema teórico de apreensão da realidade é uma forma de vida por si só, mas a sociologia interpreta estes mesmos quadros a partir de sua linguagem e esquema próprios – isto é, científicos.

Em suma, as tarefas fundamentais da análise sociológica são as seguintes: (1) A explicação hermenêutica e a mediação das formas de vida divergentes dentro das metalinguagens descritivas da ciência social; (2) A explicação da produção e reprodução da sociedade como o resultado executado pela atuação humana. (GIDDENS, 1978, p.171).

REFERÊNCIAS

DURKHEIM, E. Determinação do fato moral. In: _____. **Sociologia e filosofia**. São Paulo: Companhia Editora Forense, 1970. p.43-69.

GIDDENS, A. **Novas regras do método sociológico**: uma crítica positiva das sociologias compreensivas. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

JOHNSON, A. G. **Dicionário de Sociologia**: guia prático da linguagem sociológica. Rio de Janeiro: Zahar, 1997.

WEBER, M. A. Conceitos sociológicos fundamentais. In: _____. **Metodologia das ciências sociais**. São Paulo: Cortez, 1992a. p.399-429.

_____. Sobre algumas categorias da Sociologia Compreensiva. In: _____. **Metodologia das ciências sociais**. São Paulo: Cortez, 1992b. p.313- 348.